

Ata n.º 8/2025
Assembleia Intermunicipal da
CIM-RC

No dia **23 de abril de 2025**, pelas dezasseis horas e quarenta e cinco minutos no município de Oliveira do Hospital, na **Casa da Cultura César de Oliveira - Oliveira do Hospital**, deu-se início à **oitava** sessão da Assembleia Intermunicipal (AI) da CIM RC, para a qual foram convocados os respetivos membros, de acordo com a alínea a) do artigo 86.º do Anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação.

Verificou-se que não estavam presentes os seguintes membros: Raul Agostinho Simões Martins; José Maria Maia Gomes, Carlos Alberto Nunes da Silva; Manuel Vaz Pires da Rocha; António José Barata Figueiredo; João Miguel Duarte de Brito; Ana Margarida Pinto da Cunha; José Fernando Guedes Correia; Rosa Maria da Costa Reis; Ana Maria da Conceição Ferreira; Pedro Miguel Santinho Antunes; Susana Catarina Simões de Almeida; Elisa Carla de Abreu Simões; João Manuel Ferreira Louzado; Paulo Jorge dos Santos Grego; António José Domingues Gonçalves; Ricardo Jorge Fernandes Rodrigues Soares; Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge; Humberto José Baptista Oliveira; Mauro Daniel Rodrigues Carpinteiro; António Manuel Mendes Lopes; Ana Rita Mendes Saldanha; João Eduardo Dias Madeira Gouveia; Jorge Manuel Simões Mendes; António Carlos da Fonseca Nina; André Rui Nunes Bernardes da Cunha Graça e Miguel Ângelo Simões de Almeida Marta Soares tendo sido justificadas as ausências.

Encontravam-se presentes os restantes membros, conforme consta da lista de presenças que passará a constar como anexo número um à presente ata.

A representar o Conselho Intermunicipal da CIM RC esteve o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal (CI), Emílio Torrão, bem como o Secretário Executivo Intermunicipal, Jorge Brito.

De acordo com o estatuído na alínea b) do artigo 86.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, dirigiu os trabalhos o Presidente da Assembleia Intermunicipal (AI).

1. Apreciação e votação da ata de 10 de dezembro de 2024

O Presidente da AI colocou a ata n.º 7 de 10 de dezembro de 2024, à apreciação dos presentes.

Submetida a votação da ata supra identificada foi a mesma aprovada por unanimidade.

2. Período Antes da Ordem do Dia

O Presidente da AI agradeceu a presença de todos os membros aqui presentes, dos colaboradores da CIM RC e congratulou-se com a presença e hospitalidade proporcionada pelo Sr. Presidente da CM de Oliveira do Hospital, Francisco Rolo, na disponibilização do espaço e as excelentes condições para a concretização desta sessão da AI.

O Presidente da CM de Oliveira do Hospital manifestou-se muito satisfeito com a presença deste órgão deliberativo no seu município, recordou a última vez que se encontrou com o Presidente da AI na qualidade de Presidente da Comissão de Gestão do ISMT, por ocasião da reunião do CI realizada a 16 de maio de 2024 neste município. Disse ser interessante que uma região que se faz da Serra até ao mar tenha escolhido Oliveira do Hospital para fazer a sua Assembleia intermunicipal

em abril e numa sala decorada com o espírito de Abril.

Sobre a Casa da Cultura César Oliveira, eminente historiador do século XX português, o presidente anfitrião disse que a obra foi iniciada pelo Professor José Carlos Alexandrino, passou por muitas vicissitudes e “hoje está aqui ao serviço da cultura e também enquanto fórum de debate e ponto de encontro de ideias para, para além de ter um auditório para 300 lugares, que tem como patrono o Professor José Carlos Alexandrino, em homenagem por ter lançado esta grande obra.”

Desejou um bom decurso dos trabalhos e de boas decisões, salientando a forma de trabalhar da CIM RC, a pensar e a tomar decisões enquanto região sempre de forma intermunicipal e em conjunto. Destacou que foi um grande avanço para o municipalismo e, neste caso, a criação de uma nova atitude, uma nova forma de pensar e realizar que é pensar e realizar de forma intermunicipal enquanto região pretendendo homenagear os vários presidentes do CI antecessores Manuel Machado, João Ataíde, José Carlos Alexandrino e atualmente o Emílio torrão.

O Presidente da AI referiu que se encontra na sala um novo membro que irá tomar posse, trata-se de Aidil Machado, da AM de Cantanhede, que de imediato assinou o termo de posse.

Mais solicitou aos srs deputados a inclusão no ponto “3.5 Outros assuntos” dois temas: a tabela de custos para a contraordenações, assim como a informação sobre a agenda europeia e de recursos hídricos as quais foram unanimemente aceites. Verificada a existência de quórum prosseguiu-se com a sessão. Colocou a Ordem de trabalhos a apreciação dos presentes os quais manifestaram concordância com a mesma, tendo sido autorizada a gravação da presente sessão, para efeitos administrativos.

O Presidente do CI saudou os presentes, agradeceu o esforço e o empenho, disse que é com muito gosto que se promove este espaço, um espaço de cultura e que também mostra o empenho dos autarcas e nessa perspetiva desejou” um excelente e ótimo trabalho a todos e que a reunião decorra de forma que nós possamos ficar mais enriquecidos com a colaboração conjunta.”

Tomou a palavra o membro João Malva da AM de Coimbra que iniciou a sua intervenção que a seguir se transcreve: “Exmo Sr Presidente da Assembleia Intermunicipal

Exmos Srs Vice-Presidentes

Exmos Srs Presidente e Secretário Executivo da CIM Coimbra

Exmos Sr Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital

Exmos Srs e Exmas Sras

A cada dia que passa vivemos com mais intensidade as consequências do aquecimento global e das alterações climáticas. O clima já não é o que era.

Quase não se veem borboletas....

Quem tem memórias de quatro ou cinco décadas recorda-se das viagens de automóvel na Primavera, especialmente depois de atravessar o Alentejo. Partiam automóveis limpos, chegavam automóveis carregados de insetos presos ao para-brisas e à chapa. Exigia-se uma lavagem regular ao automóvel.

Chego aqui vindo do Algarve. O automóvel chegou como foi. Quase não há insetos... quase não se veem borboletas...

A perda da biodiversidade é brutal!

Perante a urgência climática, a humanidade responde com medidas para travar a emissão de gases com efeito de estufa. Trocamos a combustão pela energia elétrica. Proliferam fábricas de eletricidade, painéis solares virados ao Sol, numa estratégia de produção de uma dita energia limpa, dita energia verde.

Venho agitar consciências! Como é possível a nossa passividade coletiva? Como é possível aceitar que nos imponham centrais de painéis fotovoltaicos que arrasam os melhores terrenos, nos poucos “hot spots” de biodiversidade que nos restam. Por este andar restarão eucaliptais desordenados, serras nuas refrescadas a ventoinhas e monoculturas de painéis fotovoltaicos onde antes proliferava a biodiversidade!

Falo da central fotovoltaica da Ega, de Cernache, da Serra do Ilhastro. Falo do crime contra a biodiversidade, e contra o património de todos nós. Um crime que é considerar estes projetos que arrasam a biodiversidade, em locais que deveriam ser protegidos, como pomposamente “projetos de interesse nacional”, decretados em época de fim de ciclo de um governo que caiu (no caso da central fotovoltaica da Ega). É do interesse nacional acabar com a biodiversidade para alimentar grupos económicos com canais comunicantes ao mundo da política? É do interesse das gerações futuras não ter insetos, não ter borboletas, não ter que comer porque não há mais polinização? É do interesse das gerações futuras um futuro de fome e tragédia climática a troca de monoculturas fotovoltaicas e compensação ambiental deslocada 200 quilómetros da Ega para o meio do Alentejo? Mas, enfim, temos a confraria da lampreia em Penacova. E temos os açudes e as barragens que travam a subida da lampreia rio acima de encontro ao seu destino de desova. Desova que não acontece como e onde devia acontecer... lampreia que já não sobe o rio. Mas temos jornais para publicar a nossa mágoa. E temos páginas de jornal, que em notícias, lado a lado, publicam a mágoa da confraria porque já não há lampreia (e o capítulo gastronómico foi alterado de receita de lampreia para carne de porco) e publicam a urgência da construção de uma nova barragem em Girabolhos. Queremos uma barragem (eventualmente bem) mas esquecemos que a melhor maneira de reter água é reflorestando as encostas das serras. É

urgente reter solo antes que as serras fiquem nuas, devolver floresta nativa, fazer crescer a biodiversidade. E vivemos desta esquizofrenia... de lutar às cegas por um progresso que não respeita a natureza e é movido pelo dinheiro de todos nós para proveito de uns quantos. A nós, que desempenhamos funções políticas exige-se que cumpramos o interesse das gerações futuras que habitarão este planeta. Urge travar projetos de destruição. Urge travar o saque da natureza a troco do lucro por uns quantos que vivem na penumbra entre grupos políticos e económicos.

Venho aqui agitar consciências.

Há muito telhado urbano para aceitar painéis fotovoltaicos. Há muitas florestas desordenada de eucaliptos que precisa de regeneração e pode, nesse processo, receber painéis fotovoltaicos por 30 anos até que o terreno seja reflorestado com carvalhos, azinheiras, medronheiros, oliveiras.... Há muito Girabolho e pouca lampreia.

Quase não se veem borboletas.”

Tomou a palavra João Mário Gama da AM de Miranda do Corvo, dando nota dos últimos 8 anos em que fez parte deste órgão, enaltecendo os Presidentes que estiveram à frente da CIM, João Ataíde, José Carlos Alexandrino e Emílio Torrão, dizendo que todos eles contribuíram com grande empenho para tornar a região mais forte e mais próxima. Dirigindo-se ao Presidente Assembleia felicitou-o pela forma nobre e isenta na condução dos trabalhos nestes 2 mandatos.

Nota de grande reconhecimento ao Sec Executivo Intermunicipal pelo magnífico trabalho que tem desenvolvido. e que seguramente é um sentimento partilhado por de todos nós, e que se a CIM de hoje, teve um enorme crescimento nos últimos anos, em muito se deve aos esforços ao trabalho de todos, mas temos de afirmar que Dr Jorge Brito é sem dúvida um rosto da CIM exemplo do empenho, dedicação capacidade de trabalho, que tem contribuído para o enorme desenvolvimento de projectos importante e inovadores de ídolo Municipal, Região e Nacional. Desejou felicidades para todos e agradeceu a hospitalidade do Município de Oliveira do Hospital.

Tomou a palavra o membro da AM de Oliveira do Hospital, José Carlos Alexandrino, agradecendo a oportunidade e cumprimentando todos os presentes, em especial o Presidente da AM da Pampilhosa da Serra, José Brito, com quem partilhou funções enquanto membro da direção destacando a amizade que os une até os dias de hoje. Destacou a capacidade de trabalho e empenho do Secretário Executivo Intermunicipal assim como das colaboradoras que auxiliam no secretariado deste órgão e outras funções de quem sente saudades do convívio diário.

De seguida decidiu apresentar uma moção sobre o problema do IC6 que a seguir se transcreve:

“A construção do Itinerário Complementar 6 (IC6), parte integrante das acessibilidades à Serra da Estrela (onde se incluem o IC 7 e o IC 37), é há muito uma ambição adiada que continua a penalizar gravemente Oliveira do Hospital e outros concelhos do interior centro de Portugal, como Tábua, Arganil, Seia e Gouveia.

A ausência do prolongamento do IC6, que atualmente termina abruptamente em Catraia dos Poços, em Oliveira do Hospital, tem implicações profundas. A nível económico, afasta investidores e dificulta o escoamento de produtos locais — muitos deles ligados à indústria agroalimentar e têxtil — para os grandes centros urbanos e portos. A nível social, isola populações e torna mais difíceis os acessos a serviços de saúde, ensino superior e emprego, contribuindo para a desertificação e envelhecimento da população.

Esta infraestrutura, promete melhorar significativamente a acessibilidade da região à rede rodoviária nacional e, conseqüentemente, à economia e aos serviços do país.

É sabido que o financiamento da construção do troço do IC6 entre Tábua e Folhadosa, no Município de Seia, com um investimento previsto de 38 milhões de euros, ficou assegurado através das verbas resultantes do **Leilão 5 G**, concluído em Outubro de 2021.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 46-A/2021, publicada em 3 de maio de 2021, autorizou a Infraestruturas de Portugal, S.A., a desenvolver os procedimentos para a implementação deste projeto rodoviário, no prolongamento do IC6 entre Tábua e Folhadosa.

O projeto de execução do IC 6 encontra-se em curso e, nesse sentido, apela-se ao próximo Governo da República Portuguesa no sentido de que, assim que esse projeto esteja concluído, seja lançado

de imediato o concurso público internacional para a construção deste itinerário complementar.

O Plano Rodoviário Nacional identifica a conclusão do IC6 no troço entre Tábua e Covilhã como projeto estratégico para a região, sendo considerado absolutamente fundamental para a conectividade da região.

Nesse sentido, apela-se igualmente ao próximo Governo para que desencadeie para já os procedimentos que possam assegurar o prolongamento do IC 6 até à Covilhã, dando assim cumprimento ao Plano Rodoviário Nacional.

A conclusão do IC6 é também uma questão de coesão territorial e justiça. Durante anos, sucessivos governos reconheceram a importância estratégica da obra, mas faltou vontade política para a sua concretização. Enquanto isso, as populações do interior continuam a pagar um preço alto por viverem fora dos grandes eixos de desenvolvimento.

Avançar com o IC6 é mais do que cumprir um compromisso: é dar um sinal claro de que o interior não pode continuar esquecido. É permitir que os municípios desta região deixem de estar “no fim da linha” e passem a ter uma real oportunidade de crescimento e desenvolvimento sustentável.”

O Presidente da Assembleia Intermunicipal colocou a moção à apreciação dos presentes tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, para avançar com a construção do Itinerário Complementar 6 (IC6), apelando ao próximo Governo para que “desencadeie para já os procedimentos que possam assegurar o prolongamento do IC 6 até à Covilhã, dando assim cumprimento ao Plano Rodoviário Nacional”.

Tomou a palavra o Presidente do CI saudando o Presidente Luís Marinho demonstrando por este admiração e gratidão dizendo ter sido um excelente moderador recordando a perfeita sintonia com as ambições desta CIM RC e da região.

Sobre a intervenção do membro João Malva da AM de Coimbra entende que se deve instalar e promover a instalação de painéis fotovoltaicos, recordando que a CIM RC é pioneira e há muito tempo que é exemplo a nível de outras comunidades intermunicipais. Recordou que a CIM elaborou um dos primeiros planos intermunicipais para as alterações climáticas, um estudo profundo que envolveu não só a UC mas também outros institutos de ensino superior “houve uma amplíssima participação é um estudo de grande valia técnica e muito que me orgulha e devemos estar orgulhosos”. Recordou, ainda, a participação da CIM RC na Argentina, por indicação da Comissão Europeia devido às boas práticas ambientais reforçando o compromisso com o fortalecimento da cooperação internacional como motor de desenvolvimento local e regional.

Destacou o projeto befood iniciativa liderada por esta CIM, com apoio do Fundo Ambiental, cujo objetivo principal é criar campos de alimentação para abelhas e outras espécies polinizadoras, promovendo a biodiversidade e a sustentabilidade ecológica. Recordou o combate à vespa asiática e o combate aos jacintos de água “que causam embaraços nos ecossistemas”.

Salientou o projeto Life4Lamprey, uma iniciativa com financiamento europeu, focada na recuperação da lampreia marinha na bacia do rio Mondego através da sua translocação.

Sobre a mobilidade destacou ainda a atribuição do Prémio URBACT, distinção atribuída pela Comissão Europeia a cidades que implementam soluções urbanas inovadoras, sustentáveis e

transferíveis, com impacto positivo nas suas comunidades, promovendo o intercâmbio de boas práticas entre cidades europeias, incentivando a adoção de políticas públicas eficazes e adaptáveis a diferentes contextos urbanos. O trabalho é contínuo e procura-se sempre fazer mais e melhor.

O membro João Malva da AM de Coimbra esclareceu que a sua intervenção não visa “apontar o dedo” à CIM, que felicitou pelo trabalho desenvolvido, apenas chamar a atenção que cumprir as metas não pode ser a qualquer custo, a troco da instalação de painéis arrasa florestas com milhares de carvalhos e sobreiros como toda a biodiversidade que isso comporta, a não ser à política de considerar estas intervenções de interesse Nacional.

A AI tomou conhecimento.

Voto de pesar Papa Francisco

O Presidente da AI enfatizando a neutralidade religiosa tomou a iniciativa de propor um voto de pesar pelo falecimento do Papa Francisco, por entender que “não é uma atitude que comprometa o laicismo daqueles que aqui estão e que são laicos, mas a generalidade do povo português e o próprio Estado está de luto e em nossos corações, simplesmente reconhecendo o homem bom que ele era e a falta que faz a um entendimento mais perfeito e mais profundo das pessoas que compõem a humanidade.”

A AI prestou uma sentida homenagem ao Papa Francisco, com a realização de um minuto de silêncio em sua memória e aprovando um voto de pesar.

3. Ordem do dia:

3.1. Relatório de Gestão e Prestação de Contas da CIM RC do ano 2024 – Apreciação e votação.

Foi apresentado, nesta sessão de trabalho da Assembleia Intermunicipal o Relatório de Atividades, de Gestão, bem como os documentos de prestação de contas relativas ao ano de 2024 da CIM Região de Coimbra.

O Secretário Executivo Intermunicipal cumprimentou os presentes, disse que se assiste ao primeiro vídeo de promoção turística do território feito na íntegra com o uso à inteligência artificial e apresentado na Bolsa de Turismo de Lisboa. Enfatizou que esta CIM tem tentado estar na vanguarda dos processos e a prova são as imensas críticas e a capacidade de profusão global tremenda.

Chamou a atenção para a peça distribuída na BTL e que agora se oferece a cada um dos membros, o guia dos locais únicos da região de Coimbra cuja essência da atividade turística é a autenticidade, a procura na descoberta e na busca por experiências genuínas que revelam a identidade e o património cultural da região.

Após este momento o Secretário Executivo Intermunicipal apresentou detalhadamente, entre outros aspetos, os resultados financeiros do ano, salientando os valores da despesa paga: 16.161.682,89 euros, a taxa de execução em 86.29% no que diz respeito à execução da Receita e à Receita Cobrada: 16.470.857,33 euros com o Grau de execução: 88,04%. Foi apurado no final do ano 2024 um saldo de gerência a transitar para 2025 em 6.089.860,24€.

Indicou que o sentimento geral é de satisfação e orgulho "porque aquilo tem sido efetivamente a demonstração de contas e aquilo que é saudável, a tesouraria e os resultados orçamentais da comunidade municipal."

Após apreciação do documento em análise, a AI deliberou por unanimidade, aprovar o Relatório de Atividades, de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do ano de 2024 da CIM-RC.

3.2. 1.ª Alteração Modificativa 2025 - Apreciação e votação

Foi presente a proposta n.º 19, datada de 08 de abril, bem como informação justificativa na atual conjuntura, na qual se faz o devido enquadramento legal das alterações orçamentais, e se apresentam à AI as principais modificações necessárias por forma a incorporar no Orçamento para 2025, as alterações previstas nos mapas em anexo à referida proposta.

O CI na sua reunião de 14 de abril de 2025, aprovou a presente Alteração Modificativa ao Orçamento de 2025, de acordo com as alterações previstas nos Mapas em anexo e submeteu o assunto à AI para aprovação.⁴

O Secretário Executivo Intermunicipal deu nota da presente alteração por força da aprovação de um projeto "Craft Tour na Região de Coimbra"; da necessidade do Reforço da rubrica relativa ao Programa Incentiva + TP - 1.º trimestre /2025, recordando o prazo a poucas semanas da entrada do sistema mobilidade e as profundas alterações das exigência da mobilidadeica; assim como da Utilização de parte do saldo de gerência proveniente do ano anterior (2024). Mais esclarecer que a presente alteração orçamental modificativa, tem assim impacto nas receitas e despesas correntes e de capital, aumentando o valor global do orçamento de 2025 em (+) 2.883.100,02 € face ao orçamento inicial.

Face a esta apresentação o Presidente da AI felicitou a CI destacando o sucesso e o exemplo para o país dizendo que "esta alteração modificativa não é um exemplo apenas de expediente contabilístico que tem por trás uma realidade de mudança de facto fantástica que nós não acreditaríamos. A vida muda a circunstância e a condição das pessoas em termos de modernidade e em termos de responsabilidade do Estado, perante aquilo que são as legítimas aspirações das pessoas, designadamente as mais débeis, porque este processo dirige-se não só o interior, como se dirige também às pessoas que, em determinados tipos, em determinados locais, não têm um acesso fácil à mobilidade e àquilo que a mobilidade implica ou que facilita."

A AI deliberou, por unanimidade, aprovar a 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento de 2025 nos moldes apresentados na referida proposta.

3.3. Relação dos compromissos plurianuais no período de 01/11/2024 a 31/03/2025, no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso – Para conhecimento

O Presidente da AI apresentou informação sobre os valores relativos a contratos plurianuais, assumidos no período de 01/11/2024 a 31/03/2025, tabela que constará como anexo à presente ata não tendo sido suscitadas quaisquer questões ao documento.

A AI tomou conhecimento dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em atraso.

3.4.1ª Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano 2025 - apreciação e votação

Foi presente para apreciação da AI a proposta n.º 20, datada de 09 de abril último, na qual se faz o enquadramento e se apresenta a primeira alteração ao mapa de pessoal para o ano de 2025, que consta no mapa em anexo à referida proposta.

Tomou a palavra o Secretário Executivo Intermunicipal dizendo que a CIM RC devido ao aumento das suas competências, está neste momento, no limite das suas capacidades humanas e há um limite para as exigências e por essa razão é necessário aumentar “a nossa capacidade de resposta às competências próprias, seja do ponto de vista daquilo que é a resposta às competências que nos são delegadas, nomeadamente neste momento, o que toca à gestão dos fundos comunitários.”

Propõe-se o provimento de lugares já existentes e a criação de quatro novos lugares, dado o acréscimo de trabalho em áreas muito específicas (Unidade de Desenvolvimento Social e Modernização e da Estrutura de Apoio Técnico).

A AI deliberou, por unanimidade, aprovar a 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal para 2025 nos moldes apresentados na referida proposta.

3.5. Outros assuntos.

Proposta de atualização da Tabela de Custas para processos de Contraordenação Rodoviária em matéria de estacionamento – Para deliberação

Foi solicitada a inclusão do ponto “Proposta de atualização da Tabela de Custas para processos de Contraordenação Rodoviária em matéria de estacionamento” aprovado na 44ª reunião do CI realizada a 25 de fevereiro último tendo sido distribuído um documento de suporte (informação n.º 842, de 14 de fevereiro de 2025).

O Secretário Executivo Intermunicipal recordou que esta entidade intermunicipal faz a gestão agregada dos processos de contraordenação de coimas rodoviárias para os municípios, trata-se de um processo administrativo complexo, de várias interconexões, vários sistemas informáticos: ANSRS, Ministério da Administração Interna, forças de Segurança. Este processo tem ele também um conjunto de custos associados nomeadamente custas processuais.

Verificou-se que as tabelas de custas não suportavam os encargos tendo sido proposto ao CI no passado mês de fevereiro e aprovado por unanimidade, um ajustamento do nivelamento da tabela de custo, sejam atualizadas de acordo com o disposto na tabela de custas com aplicabilidade a partir de 1 de junho de 2025, condicionada à aprovação por todos os órgãos competentes; O valor das custas possa ser atualizado em conformidade com a evolução da unidade de conta (UC).

Recordou, ainda que a gestão eficiente dos processos de contraordenação rodoviária é essencial para garantir a segurança nas estradas e a conformidade com as normas de trânsito. A aprovação da atualização uma tabela de custas específica para estes processos visa assegurar a transparência e a equidade na aplicação das sanções.

O Presidente da AI leu a fundamentação que a seguir se transcreve: “Dada a importância da transparência, equidade e eficiência na gestão dos processos de contraordenação rodoviária, é fundamental incluir a proposta de atualização da tabela de custas na ordem de trabalhos. Esta

medida contribuirá para uma administração mais justa e eficaz, beneficiando tanto as autoridades como os cidadãos.”

A AI deliberou, por unanimidade, aprovar a atualização da tabela de custas para processos de Contraordenação Rodoviária em matéria de estacionamento.

Agenda europeia recursos Hídricos

Sobre o tema em apreço o Secretário Executivo Intermunicipal disse que no âmbito dos recursos hídricos, são criados grupos que vão criar as agendas para criar o regulamento dos financiamentos, portanto, estamos a falar daquilo que serão as entidades os grupos de trabalho que irão condicionar a política pública e condicionar depois os respetivos financiamentos e nós estamos nós somos convidados pela Comissão Europeia para gerir para toda a Europa a agenda para os recursos hídricos. De facto, eu acho que isso tem de nos deixar orgulhosos e satisfeitos, mas acima de tudo, tem de nos dar aqui a responsabilidade sobre aquilo que é que são estes desafios e que são estes estes desígnios.”

Prosseguiu a sua intervenção dizendo que a CIM RC se encontra a liderar a parceria Water Sensitive City no âmbito da Agenda Urbana para a União Europeia, deu nota das experiências anteriores, o objetivo, a missão, os pilares da agenda urbana, deu nota da fase em que se encontra o processo “orientation paper” e das parcerias envolvidas que irão dar a sua visão de como gerir o recurso hídrico.

O Presidente da AI salientou que apesar da CIM RC possuir recursos limitados, conseguiu projetar a sua influência para além dos municípios no quadro da região, no quadro do país, com respeitabilidade do nosso Governo e “hoje tem influência naquilo que são os grandes desafios da Europa”. Mais adiantou que a CIM está no bom caminho e mostra-se orgulhoso com a escolha desta entidade intermunicipal para um desafio desta natureza que no fundo orienta o conhecimento e a especulação com outros parceiros.

Interveio o Presidente do CI dizendo ter sido um privilégio privar e trabalhar com o Sr. Presidente da AI e restantes elementos colocando-se à disposição para qualquer esclarecimento ou informações que entendam por necessárias.

O Presidente da AI entende que a lei que regula o funcionamento das CIM não se encontra adequada aos desafios atuais, que este órgão deliberativo deveria ter “mais poder” deixando para futuro a sua reivindicação, acrescentando que foi uma experiência extraordinária o ter tido a honra de presidir a este órgão e de atestar esta excelente cooperação.

Tomou a palavra o membro da AM de Montemor-o-Velho, Fernando Jorge dos Ramos, dizendo que os meios das Assembleias Intermunicipais devem ser melhorados por forma a permitir uma intervenção mais forte, incentivar a descentralização e promover uma governação mais eficiente e próxima dos cidadãos.

Antes de encerrar os trabalhos, o Presidente da Mesa, solicitou aos presentes que a ata e as deliberações desta reunião sejam aprovadas em minuta para que tenham a eficácia devida.

Não havendo objeções, a ata e as deliberações foram aprovadas em minuta.

Nada mais tendo sido tratado, e sendo cerca das dezoito horas e trinta minutos foi lavrada para constar a presente ata que depois de lida e aprovada, vai ser assinada.

(Presidente da Mesa)

(Vice-Presidente da Mesa)

(Secretário da Mesa)